

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO

AS MISERICÓRDIAS DO ALTO MINHO
NO CONTEXTO DA GUERRA
DA RESTAURAÇÃO

Separata da
Revista Portuguesa de História
TOMO XXXVI – VOLUME 1 – COIMBRA 2002/2003
Faculdade de Letras – Universidade de Coimbra
Instituto de História Económica e Social

As Misericórdias do Alto Minho no contexto da guerra da Restauração

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO
Departamento de História da Universidade do Minho.

O contexto da Guerra

A Restauração da independência em 1640 pôs fim à União Dinástica e deu lugar a uma guerra entre os dois reinos peninsulares, que durou quase três décadas (1640-1668). Esta acção levada a cabo pelos portugueses insere-se numa conjuntura particularmente difícil para a corte de Madrid, que se via a braços com problemas de várias ordens, que a obrigaram a combater em muitas frentes. A guerra dos Trinta Anos (1618-1648), a luta contra os holandeses (desde 1621), a rebelião da Catalunha (1640) e as sublevações de Nápoles e da Sicília (rebentaram em 1646) teriam sido factores decisivos para a Restauração e o desenrolar da própria guerra.

O conflito que se tornou inevitável, obrigou à canalização de esforços e à criação de estruturas para o organizar e suportar. Ainda em Dezembro de 1640 foi criado o Conselho de Guerra, com a função de “centralizar os assuntos militares [...] e de funcionar como organismo consultivo na superintendência do seu estudo e execução”¹. A este órgão juntou-se a Junta de Fronteiras,

¹ Sobre os preparativos da guerra leia-se Rui Bebiano, *A pena de Marte. Escrita de guerra em Portugal e na Espanha (sécs. XVI-XVIII)*, Coimbra, Minerva Histórica, 2000, p. 111.

encarregue da organização do sistema de fortificação. O novo governo colocou de imediato todos os seus esforços na preparação da defesa nacional, atalhando ao provimento das zonas raianas, nomeadamente da fronteira do Alentejo, por parecer ser a que maior perigo apresentava. Os problemas detectados em todas as fronteiras eram muitos e exigiam rápida actuação para as tornar operacionais². Era necessário reorganizar o nosso sistema defensivo para fazer face ao conflito, mas faltava quase tudo: dinheiro e meios bélicos, quer nas províncias, quer nas praças e insuficiência do número de soldados. Urgia formar uma força nacional capaz de suste e fazer regredir os impetus espanhóis³.

Em paralelo foi levada a cabo uma acção diplomática na Europa tendente a diminuir e a neutralizar a acção dos espanhóis, bem como a conseguir apoios para a causa portuguesa⁴.

O palco da guerra não se confinou ao Alentejo. Os espaços do conflito estiveram limitados ao Alentejo e ao Minho e até 1657 a guerra foi caracterizada por acções bélicas de pequena envergadura: escaramuças, roubos e pilhagens, de ambas as partes. Porém, "quando a situação militar da Catalunha se estabilizou" e se verificou o fim do conflito com a França (1659), os castelhanos canalizaram todos os seus recursos para a guerra que travavam contra os portugueses⁵. Registraram-se as mais violentas batalhas no Alentejo e intensificaram-se os ataques nas fronteiras do Alto Minho, tendo Monção permanecido sob a administração espanhola entre 1659-1668, após um cerco de quatro meses, entre Outubro de 1658 e Fevereiro de 1659⁶.

Apesar de Portugal se confrontar com graves dificuldades financeiras e não dispor de um exército moderno, este segundo período da guerra foi-lhe favorável, ganhando batalhas importantes como Castelo Rodrigo (1664), Montes Claros (1665) e determinante para a assinatura de paz, em 1668.

² Leia-se a propósito Fernando Cortés Cortés, *Guerra e Pressão Militar nas Terras de Fronteira 1640-1668*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, pp. 11-88.

³ Sobre o estado em que se encontrava o sistema defensivo nacional confira-se Fernando Daes Costa, "Formação da força militar durante a guerra da Restauração", in *Penélope*, n.º 24, 2001, pp. 88-89.

⁴ Para a acção diplomática de Portugal consulte-se Jorge Borges de Macedo, *História diplomática portuguesa-constantes e linhas de força*, Lisboa, Instituto de Defesa Nacional, 1987, pp. 161-189.

⁵ Leia-se para esta temática Nuno Monteiro, "A guerra da Restauração", in Roberto Carneiro; Artur Teodoro de Matos (coord.), *Memória de Portugal - o milénio português*, Lisboa, Circulo de Leitores, 2001, p. 366.

⁶ Veja-se José Geração Gomes, *Das Actividades Municipais e da Governança Durante a Ocupação Espanhola*, Viana do Castelo, s.n., 1984, p. 48.

A situação de guerra vivida ao longo de um tempo tão prolongado provocou alterações profundas no quotidiano das pessoas e das próprias instituições.

Foram precisamente os procuradores em Cortes, quem mais detalhadamente demonstraram os efeitos da guerra na vida das populações: participação directa na guerra, ou em tarefas de defesa; obrigatoriedade de participar no trabalho de fortificação das muralhas e na feitura de trincheiras; participação nos postos de vigia; vexações provocadas pelos militares que originavam conflitos; sujeição a prepotências várias; utilização de bens pessoais na campanha; recrutamento dos mesmos para utilização do Exército; destruição do património pessoal e das colheitas; alojamento de tropas; roubos, pilhagens, doenças e mortes.

A presença efectiva da guerra gerava sentimentos de medo e insegurança pelos sacrifícios a que obrigava e pelas consequências que arrastava⁷ e levava os homens a pegarem em armas para, numa acção colectiva, se defenderem do inimigo.

Apesar de ter sido no Alentejo que se travaram as maiores batalhas, o Minho constituiu igualmente palco de guerra, tendo os seus efeitos sido devastadores.

É neste enquadramento que procurámos estudar as Misericórdias do Alto Minho, destacando as alterações ocorridas na vida destas confrarias com a guerra da Restauração e procurando entender a forma como os problemas foram enfrentados e resolvidos pela Santas Casas.

Os efeitos da guerra nas Misericórdias

O embate dos castelhanos contra os portugueses efectuou-se em toda a linha fronteiriça do Alto Minho e teve consequências directas no património que der particulares, quer das instituições.

Os procuradores ecoaram em Cortes as preocupações dos Municípios do Alto Minho, dando conta da dolorosa situação que estas gentes viviam e sublinharam a ocupação de moradias pelos soldados.

Os procuradores de Caminha às Cortes de 1645 mencionaram a destruição feita pelos soldados às casas de particulares onde estavam aquartelados, pois queimavam "as portas, tabuados e madeiramentos". Situação semelhante foi descrita pelos procuradores de Vila Nova de Cerveira às Cortes de 1653, que lamentaram a acção dos militares, os quais "queimam as portas e madeira-

⁷ Confira-se Jean Delumeau, *La peur en Occident XIVe-XVIIIe siècles. Une cité assiégée*, Paris, Fayard, 1978, pp. 157-162.

mentos, em que seu dono recebe muito dano"⁸. Também os representantes concelhios das gentes de Valença se queixaram nas Cortes de 1653 destes estragos e da ruína em que a vila se encontrava devido à guerra.

Em função do significado e importância da vila de Valença foi necessário aquartelar aí um maior contingente de militares, obrigando ao recurso de muitas moradias para esse fim.

Foi por esta razão que também algumas casas da Misericórdia local foram ocupadas por soldados. Porém, rapidamente, a confraria tratou de conseguir que a Coroa lhe pagasse os aluguéis, embora sem sucesso imediato. Em 1647, a Misericórdia dirigiu-se ao monarca dando conta dos poucos rendimentos de que era possuidora e dos muitos encargos que efectuava com os pobres. Pedia, por isso, que a Coroa lhe pagasse a ocupação que "des a felize aclamação tomarão as ditas casas pera alojamento e contadoria"⁹. Na ocasião, foram referidos os seguintes imóveis:

- casas que estavam na fronteira da igreja de Santa Maria dos Anjos;
- casas em que estava a contadoria, das quais a Santa Casa pagava 400 réis de aluguer;
- casa térrea confrontante com a anterior;
- casas que foram do *Toufo*, situadas na praça da vila.

Porém, em 1648, foi tomada mais uma casa, na rua da Corredoura, da vila, onde residia o Governador das Armas da Província de Entre-Douro e Minho e em 1654 foi ocupado o hospital. O hospital da Santa Casa passou a ser quartel de "soldados e oficiais". A confraria foi assistindo a esta ocupação gradual dos seus imóveis desde 1642 e pedia apenas que a Coroa lhe pagasse o aluguer, tanto mais que a Misericórdia era arrendatária de uma das casas.

Com a posse do hospital da Santa Casa pelo Exército, a confraria ficou sem poder internar doentes, vendo-se privada de uma das suas vertentes de tratamento aos que padeciam dos males do corpo¹⁰.

Como não foram satisfeitas as suas pretensões, em 1655, os confrades de Valença voltaram a solicitar o pagamento dos já citados aluguéis. O pedido foi reiterado em 1666, com a alegação de que a Santa Casa se via impossibilitada de cumprir os legados pios a que estava obrigada e de internar doentes, como

⁸ Veja-se Francisco Cyrne de Castro, "As 'fronteiras do Minho' em Cortes", in *Caminiana*, ano III, n.º 4, 1981, pp. 51 e 56. Para este assunto leia-se ainda Fernando Daes Costa, "As forças sociais perante a guerra: as Cortes de 1645-46 e 1653-54", in *Análise Social*, vol. XXXVI, 2002, p. 1164.

⁹ Veja-se para esta matéria Alberto Pereira de Castro, "A Misericórdia de Valença e o seu arquivo", in *I Encontro das Misericórdias do Alto Minho*, Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, 2001, p. 299.

desejava. Recordava uma vez mais que o pagamento nunca se tinha efectuado, facto que causava grande embaraço ao normal funcionamento da instituição.

O Governador da Comarca confirmou, em 1674, o não pagamento destes aluguéis, mas nem assim a Santa Casa conseguiu que lhe fossem satisfeitos. No mesmo ano, enviou mais uma carta a D. Pedro II e novamente referiu a precária situação em que se encontrava, acrescentando que "o pouco que tinha se perdeu com as guerras". Só nesta altura e depois de terminado o conflito, o monarca ordenou que os referidos pagamentos se efectuassem, se depois das averiguações, se confirmasse serem verdadeiras as pretensões da confraria¹¹. A guerra foi longa, mas maiores foram os seus efeitos na Santa Casa de Valença.

Nesta vila, as marcas da guerra patenteavam-se nas casas da Câmara, na cadeia e na igreja Matriz, aliás, à semelhança do que se verificou em Caminha e em Monção.

Também em Monção os efeitos da guerra da Restauração foram devastadores, não poupando a Misericórdia.

Após a ocupação castelhana, Monção apresentava uma situação danosa, caracterizada por um elevado número de mortes e pela destruição de muitos edifícios civis e religiosos, dos quais se destacou a Misericórdia¹². A posição estratégica da vila obrigou a uma defesa apurada, não conseguindo, no entanto, subtrair-se à longa ocupação espanhola. As consequências foram muitas e graves.

Centramo-nos apenas na Misericórdia local, onde a presença castelhana deixou marcas profundas. Verificou-se igualmente a ocupação de moradias pertencentes à Santa Casa, mas foram os estragos causados na sua sede que se transformaram na maior preocupação. Para além dos danos, os materiais da Santa Casa em ruínas foram utilizados na nova fortificação "mandada construir pelos inimigos"¹³.

A Misericórdia ficou em tal estado de ruína, que em 1690, os irmãos considerando que a "Santa Casa estava para se vir ao chão"¹⁴, por causa de ter

¹⁰ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Valença (doravante ASCMV), Doc. n.º 1, *Compras de casas que fez a Irmandade da Misericórdia e escriptura da obra das casas da mesma com o apontamento para a obra da Igreja*, não paginado.

¹¹ Leia-se Cláudio Laranjeira Brochado, "Monção nos séculos XVII e XVIII: elementos para um perfil urbano", in José Viriato Capela (coord.), *Monção nas memórias paroquiais de 1758*, Braga, Casa Museu de Monção e Câmara Municipal de Monção, 2003, p. 25.

¹² Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Monção (doravante ASCMM), *Livro de receita e despeza 1668-1681*, fl. 78.

¹³ ASCMM, *Tombo dos bens e propriedades pertencentes à Santa Casa da Misericórdia de monção 1788*, fl. 14.

vido "arruinada e destruída com as baterias que a dita praça velha fizeram os castelhanos", resolveram edificar nova sede. A ocasião foi aproveitada para construir o novo complexo da Misericórdia (igreja, sacristia e consistório) no terreiro da vila, local mais prestigiado e que conferia maior dignidade à Santa Casa¹⁴. A obra que se iniciou em 1690, contou com uma ajuda de 400 mil réis da Coroa e estendeu-se às primeiras décadas do século XVIII. A confraria tinha construído a "nova Misericórdia", mas só em 1748 se libertou da "Misericórdia velha", oferecendo o edifício para a instalação dos religiosos do Oratório na vila, uma vez que este constituía um peso para a Santa Casa e serviu de incentivo à vinda destes religiosos para Monção¹⁵.

Esta foi talvez a consequência mais visível da guerra na Misericórdia de Monção. Contudo, a ocupação espanhola teve outros efeitos na Santa Casa. Desde logo na destruição que causou ao seu arquivo, fazendo-a perder parte da sua memória. Os espanhóis "queimaram e uzurparam os mesmos livros, ficando esta Santa Casa em total decadência"¹⁶. Os registos não se efectuaram, porque provavelmente o funcionamento da Casa foi alterado e as reuniões não se realizaram com a normalidade a que estavam habituados. Também aconteceu que os assentos que se fizeram foram posteriormente considerados pelos confrades de má qualidade, dada a confusão que neles se fazia sentir. Assim, em 1670, os irmãos resolveram reorganizar o arquivo e, com base num livro de confrades que se salvou, fizeram a translação dos registos dele para um novo livro, por causa da "discompostura deles por assim os averes deixado os castelhanos na perda desta villa"¹⁷. Saber quem constituía a irmandade era uma matéria crucial no funcionamento da instituição. Só os que a integravam tinham acesso a alguns benefícios como, por exemplo, enterro gratuito, o que obrigava a ter um cartório em funcionamento para actuar eficazmente.

A marca deixada pela guerra neste sector foi tão profunda, que em Agosto de 1776, aquando da fortificação da vila, a confraria resolveu acomodar o arquivo, porque presumia novos ataques, e previa

¹⁴ Maria Marta Lobo de Araújo, "A Santa Casa da Misericórdia de Monção (séculos XVII-XVIII)", in José Viriato Capela (coord.), *Monção nas memórias paroquiais...*, pp. 141-142.

¹⁵ Para a instalação dos Nêris em Monção consulte-se Eugénio dos Santos, "Os Nêris e os primórdios do ensino público em Monção", in José Viriato Capela (coord.), *Monção nas memórias paroquiais...*, p. 135.

¹⁶ ASCMM, *Tomo dos bens e propriedades...*, fl. 13v.

¹⁷ ASCMM, *Livro que serve dos Assentos dos irmãos desta Santa Casa da Misericórdia desta villa de Monção 1679*, nº 42, fl. 1.

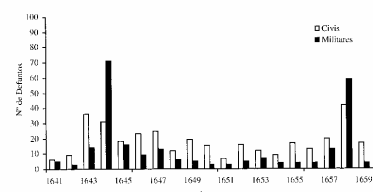
"[...] semelhantes prevenções por a parte da Galiza devião acautelar-se os papeis e todos os documentos desta Santa Casa para que cazo houvesse alguma rebelião não se perderem [...] e acordarão que se mandasse fazer hum caixão com suas fechaduras onde couvesse os referidos papeis para que sendo necessario estar pronto para se transportarem a parte segura"¹⁸.

Desta vez, a confraria agia preventivamente procurando colocar o seu património arquivístico em lugar seguro.

Outro dos efeitos da guerra fez-se sentir nos enterros da Santa Casa. A Misericórdia de Monção viu o número de funerais aumentar muito, sobretudo em 1644 e 1658. Para o período que media 1659-1688 não existem registos de defuntos.

Nos anos de 1644 e 1658, o número de militares sepultados suplantou o dos civis, em consequência das escaramuças existentes em ambos os lados da fronteira. A subida da mortalidade nestes dois anos esteve associada às investidas castelhanas, que deixavam muitos mortos e feridos sobre os campos de batalha¹⁹.

Gráfico 1 - Defuntos sepultados pela Misericórdia de Monção (1641-1659)



Fonte: ASCMM, *Livro dos defuntos 1641-1659*, nº 42, não paginado.

* Os dados apresentados para 1659 referem-se apenas ao mês de Janeiro.

Mas a alteração não se verificou somente no número e qualidade dos defuntos sepultados pela confraria. A Misericórdia de Monção entrou também alguns civis e militares galegos que tombaram na vila portuguesa. Em 1647, a Santa

¹⁸ ASCMM, *Livro que ha de servir dos acordons desta Santa Misericórdia da villa de Monção 1774-1815*, nº 12, fl. 16.

¹⁹ A este propósito leia-se Luis de Menezes, *Historia de Portugal Restaurado*, parte segunda, tomo III, Lisboa, Oficina de Joseph Philippe, 1759, pp. 173-188.

Casa enterrou António dos Prazeres "presoneiro galego"²⁰ e também sepultou "hum soldado galego", no adro da sua igreja, em 1650²¹. Cobia-lhe ainda dar sepultura aos soldados portugueses mortos em Salvaterra. Por isso, em 1651, "foi ha irmandade desta Santa Casa à barca de Salvaterra e trouxe a enterrar ao mosteiro de Sam Bento a Gavriel de Brito"²². Salvaterra, praça galega em poder dos portugueses, está separada de Monção pelo rio Minho, sendo a travessia na altura efectuada através de uma barca que ligava as duas margens.

Os militares eram maioritariamente enterrados como pobres, no adro da igreja da Santa Casa e apenas alguns oficiais foram enterrados, mediante pagamento, na igreja Matriz ou no mosteiro de S. Bento.

A Misericórdia de Monção foi ainda confrontada com a necessidade de alargar as suas escolas a novos destinatários. Nas cortes de 1642 e de 1653, os procuradores da vila ecoaram as preocupações da Santa Casa local, agora na contingência de prover mais soldados da vila e das terras vizinhas que se encontravam encarcerados na prisão de Monção. Estes emissários invocavam a pobreza da confraria para justificar a sua impossibilidade de ajudar todos os presos que lhe solicitavam auxílio²³.

Igual procedimento foi adoptado pela Santa Casa de Caminha, que persistiu na ajuda aos pobres, apesar de contar com menores rendimentos. Os mesários lamentavam-se, em 1645, das "escolas serem muy deminutas dos annos atras passados" e pediam aos mamosteiros empenho e particular cuidado nos peditórios²⁴. Foi precisamente com "o pão [que os mamosteiros] ajuntarão das escolas deste termo" que a Santa Casa pôde beneficiar os pobres da terra nesse ano²⁵.

Apesar das queixas apresentadas em Cortes, em 1658 a Misericórdia de Monção persistia nas suas práticas de caridade. Em Março desse ano, acordou-se em Mesa mandar cozer 20 alqueires de milho e 12 de centeio, para se distribuir pão aos pobres do rol. Na ocasião da Páscoa gastaram-se 68,5 alqueires de milho, para a escola da quinta-feira Santa²⁶.

²⁰ ASCMM, *Livro dos defuntos 1641-1659...*, não paginado.

²¹ ASCMM, *Livro dos defuntos 1641-1659...*, não paginado.

²² ASCMM, *Livro dos defuntos 1641-1659...*, não paginado.

²³ Confira-se Francisco Cyrne de Castro, "As 'Fronteras do Minho' em Cortes"... p. 71.

²⁴ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Caminha (doravante ASCMC), *Livro dos acordãos 1653-1674*, fl. 28.

²⁵ ASCMC, *Livro dos acordãos 1653-1674*, fl. 32v. Sobre a importância dos mamosteiros para a Misericórdia de Braga veja-se Maria de Fátima Castro, *A Misericórdia de Braga*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga e Aurora, 2003, pp. 537-542.

²⁶ ASCMM, *Livro dos acordãos 1644-1658*, fl. 163.

A partir de 1640, a situação destas vilas de fronteira alterou-se, passando a contar com a presença diária de militares em grande número. A presença do Exército fez-se também sentir nas Misericórdias, onde se inscreveram como irmãos e chegaram aos vários órgãos directivos. Desde esta altura que passaram a ocupar os mais altos cargos destas confrarias, com presença muito notória nas Misericórdias de Valença e de Monção. Alferes, coronéis, majores, brigadeiros, integraram as fileiras de irmãos destas Misericórdias, foram mesários e acederam à provedoria. Ou seja, ocuparam os lugares de poder destas confrarias, marcando o seu perfil enquanto instituições de fronteira.

A assistência aos militares

Uma das preocupações da Coroa portuguesa prendeu-se com a necessidade de criar condições de tratamento aos feridos da guerra. Por isso, nas vilas e cidades onde existiam Misericórdias dotadas de hospitais, a Coroa procurou estabelecer contratos com estas instituições, para através de pagamento, os militares poderem aí ser tratados. Nas restantes localidades que não estavam dotadas destas confrarias ou que não se conseguiu chegar a acordo, montaram-se hospitais de campanha, normalmente desmantelados após o conflito.

Os esforços da Coroa não foram coroados de êxito em todas as localidades, mas muitas Misericórdias acederam ao pedido do monarca e entenderam este serviço como um apoio prestado à causa portuguesa²⁷.

Compostas pelas elites locais que aderiram ao movimento restauracionista, as Misericórdias viram os seus homens envolvidos nestas tarefas, tornando-se também, desta forma, elementos activos na defesa da causa nacional. Por seu lado, D. João IV mostrou-se interessado em acompanhar a obra assistencial destas confrarias²⁸ e esteve particularmente atento ao prosseguir da Misericórdia de Vila Viçosa, de quem era membro²⁹.

²⁷ Sobre esta temática veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *A Misericórdia de Vila Viçosa e a assistência aos soldados em finais do século XVIII*, separata das Actas do "Congresso Comemorativo do V Centenário da Fundação do Hospital do Espírito Santo de Évora", Évora, 1996, pp. 150-153.

²⁸ Para a Misericórdia de Lisboa consulte-se Joaquim Veríssimo Serrão, *A Misericórdia de Lisboa. Quinhentos Anos de História*, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1998, pp. 147-156.

²⁹ Acerca das medidas tomadas por D. João IV para a Misericórdia de Vila Viçosa veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *Dar aos pobres e emprestar a Deus: as Misericórdias de Vila Viçosa e Ponte de Lima*, Barcelos, Santa Casa da Misericórdia de Vila Viçosa; Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, pp. 123-128.

A Misericórdia de Caminha foi contactada em 1642 pelo desembargador Gregório de Alcaseva de Moraes para aceitar o tratamento de militares no seu hospital, em virtude da Coroa não poder “em todas as fronteiras fazer hospitais em que se curarem os soldados pobres”. O contrato que se estendeu a outras confrarias congêneres previa como contrapartida a entrega de 10 cruzados anuais a cada Misericórdia, destinados ao pagamento do médico, boticário e sangrador e ainda ao pagamento de cada soldado tratado.

Embora o contrato apresentasse contornos unificadores, sabemos que as cláusulas foram negociadas com cada Misericórdia e ajustadas à capacidade negocial de cada confraria e à necessidade que a Coroa tinha dos seus serviços.

Os confrades de Caminha aceitaram as condições do acordo, mas solicitaram que “aos oficiais da Misericórdia não se lhes tomasse camas, nem casas, nem outra coisa alguma contra sua vontade, ainda que fosse para gente da guerra”³⁰. Era a defesa de interesses particulares, que outros confrades viam consignados através da concessão de privilégios pela Coroa, mas que os irmãos de Caminha queriam ver salvaguardados.

No contrato assinado ficaram ainda registadas as exigências dos irmãos e foi inscrita a menção para se dar conhecimento delas ao juiz de fora da vila e ao Governador das Armas da Província do Entre-Douro e Minho, para que não pudessem ignorar os factos.

Após a assinatura do contrato, a Misericórdia de Caminha tomou providências para a recepção dos militares enfermos: ordenou a compra de mais lençóis, fizeram-se catres novos e repararam-se os existentes que estavam velhos. Em 1643, gastaram-se 1.600 réis com as tecedeiras, por tecerem linho e estopa para o hospital e mais 60 réis com uma mulher que foi a Monção levar uma carta, onde se tratava do pagamento dos soldados enfermos³¹.

Foi também neste ano que o conde de Castelo Melhor, governador da praça da Província de Entre-Douro e Minho, solicitou aos irmãos da Santa Casa que os soldados enfermos “fossem recebidos e tratados com muita caridade para que não morram ao desamparo” e forneceu informações concretas sobre o pagamento a efectuar à Santa Casa por cada cura. Foi referido que era retirado um vintém do salário de cada soldado doente para o seu tratamento hospitalar³².

As preocupações com o hospital e o tratamento de militares mantiveram-se nos anos seguintes. Em 1645, o edifício entrou em obras, porque os telhados

³⁰ ASCMC, *Livro de receita e despesa 1642-1652*, fls. 7v.-8v.

³¹ ASCMC, *Livro de receita e despesa 1642-1652*, fls. 30-31v.

³² ASCMC, *Livro de receita e despesa 1642-1652*, fl. 21.

estavam muito danificados e as madeiras velhas e podres³³, não podendo desta forma responder com eficácia aos desafios que lhe eram colocados.

Passados dois anos, os religiosos de S. João de Deus de Caminha mostraram-se interessados em se apoderarem do hospital da Santa Casa “para nelle curarem os soldados desta praça e demais que a ella viessem”. Desconhecemos as razões desta pretensão, tanto mais que a Misericórdia continuava a tratar militares. A Santa Casa não consentiu nesta passagem e argumentou que o mesmo estava anexo à confraria por vontade dos seus instituidores e que tinha necessidade dele para tratar os pobres da terra e mesmo de fora³⁴.

Apesar da Santa Casa assegurar o tratamento dos militares e dos pobres, a vila de Caminha necessitava de médico e cirurgião para poder acorrer às necessidades da população. Tinha provisão régia que a autorizava a ter médico e boticário, mas em 1645 não estava servida de médico, por a Câmara não lhe poder pagar³⁵.

Os religiosos de S. João de Deus estavam em algumas localidades encarregues de hospitais que procediam ao tratamento de militares³⁶.

Em Ponte de Lima, exerceram essa função no “hospital do rei” durante a guerra da Restauração. A Coroa, provavelmente por o “hospital da Casa” da Misericórdia local ser de reduzidas dimensões, construiu um hospital para curar soldados e entregou-o aos referidos religiosos, quando ocorreu a citada guerra³⁷.

Foi por esta razão que se trataram poucos militares no hospital da Misericórdia da vila.

A Misericórdia de Melgaço (terra do senhorio da Casa de Bragança) viu-se confrontada com os feridos de guerra logo no ano de 1641. Os irmãos ordenaram a compra de “mezinhas necessarias para se curarem duas mulheres pobres que os galleguos ferirão e maltratarão na freguezia de Cristobel coando entrarão a queimar a dita freguezia”³⁸.

³³ ASCMC, *Livro dos acordaos 1653-1674*, fl. 30.

³⁴ ASCMC, *Livro de receita e despesa 1642-1653*, fl. 65.

³⁵ Leia-se para esta matéria Francisco Cyrne de Castro, “As Fronteiras do Minho”, em Cortes..., p. 52.

³⁶ Sobre a acção hospitalar destes religiosos consulte-se Isabel dos Guimarães Sá, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no império português 1500-1800*, Lisboa, Comissão Nacional para os Descobrimientos Portugueses, 1997, p. 81.

³⁷ Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (doravante IANTT), *Chancelaria de D. João V*, livro nº 111, fls. 379v.-380v.

³⁸ Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Melgaço (doravante ASCMMço), *Livro de receita e despesa 1632-1646*, fl. 109.

No ano seguinte, a Misericórdia foi contactada pelo desembargador Gregório de Valente e Morais para proceder ao tratamento de militares enfermos. Os mesários concordaram, mas lamentaram não os poderem tratar gratuitamente, como desejavam, por a Santa Casa não possuir rendimentos para o efeito. Por isso, contentavam-se com o “socorro que haviam de haver os ditos soldados dos dias em que estivessem enfermos”. Declararam ainda que o pagamento das mezinhas necessárias aos militares corria por conta da Coroa e que não tratariam soldados aquartelados, porquanto o cirurgião não aceitava esse encargo pelo ordenado de 18 mil réis anuais que recebia³⁹.

Não temos conhecimento das diligências posteriores havidas entre a Coroa e a Santa Casa, mas em 1643, os mesários acordaram na obrigatoriedade dos irmãos nomeados visitarem os soldados aquartelados que estivessem doentes e de darem conta da ocorrência ao cirurgião⁴⁰. Esta passagem prova que a confraria tinha cedido na cura de militares que estavam nos quartéis e em casas particulares.

Mau grado as dificuldades sentidas, a Misericórdia de Melgaço procurava agir com normalidade e cumprir os rituais a que estava habituada. Em 1645, os mesários acordaram fazer as festividades da semana santa e resolveram, “que pera os novellos se escolha o linho pior e parte do outro que se asede e que delle se fação [sic] os novelos para quinta feira maior e que o outro linho bom se venda para fazer toalhas e amitos”⁴¹. O tempo impunha racionalidade e parcimónia nas despesas, mas a confraria não deixou de celebrar esta quadra.

Em Monção, os soldados enfermos foram curados no “hospital da vila”, local onde muitos morreram. A Misericórdia não dispunha, nesta altura, de hospital. Apesar de Monção estar dotada de médico e boticário, durante a guerra não pôde contar com estes serviços, por dificuldades financeiras da Câmara⁴².

A facilidade com que a Coroa conseguiu entender-se com muitas Misericórdias, quanto ao tratamento de soldados, prendeu-se com a vontade que estas instituições tinham de participar na causa nacional, ajudando como podiam, mas também pensando na rentabilização dos seus hospitais. O encargo embora acarretasse mais serviço era pago e as Misericórdias entendiam-no como um acto de cooperação com quem sempre as tinha beneficiado.

³⁹ ASCMMço, *Livro de receita e despesa 1632-1646*, fl. 118v.

⁴⁰ ASCMMço, *Livro de receita e despesa 1632-1646*, fl. 120. Veja-se para este assunto Augusto César Esteves, *Santa Casa de Melgaço*, Melgaço, Santa Casa da Misericórdia de Melgaço, 1957, pp. 70-71.

⁴¹ ASCMMço, *Livro de receita e despesa 1632-1646*, fl. 143v.

⁴² Leia-se José Garção Gomes, “Para a Pequena História de Monção”, in *Arquivo do Alto Minho*, vols. 23-26, 1978, p. 131.

A par de outras instituições e do comum das populações, as Misericórdias do Alto Minho sofreram o embate da guerra da Restauração, deixando em algumas delas marcas profundas. Viram, desde logo, o seu quotidiano alterado e marcado por um calendário de guerra; o seu património danificado, em alguns casos irremediavelmente perdido, como aconteceu com os arquivos ou mesmo com o património imóvel. A ocupação dos seus bens, normalmente de casas, mas até de hospitais e os ataques perpetrados pelos castelhanos constituíram rudes golpes nos projectos destas confrarias. Foram ainda confrontadas com novas exigências e obrigadas a alterar os planos assistenciais que tinham em curso, para responder a novas necessidades, bem como a aplicar os seus recursos financeiros na reconstrução ou mesmo na edificação de novas estruturas.

A posição adoptada por estas confrarias enquadrou-se no ambiente de resistência e de afirmação da liberdade conquistada. Não fraquejaram perante a guerra, embora contra elas tivessem sido também desferidos rudes golpes, como se comprova. Mau grado os golpes sofridos e as “feridas” de guerra, as Misericórdias persistiram nas suas atribuições, dando corpo ao prescrito nos seus compromissos.